

Ingressou na Administração Pública a 27 de novembro de 2000, tendo desde essa data até 12 de dezembro de 2001 levado a cabo o estágio de Inspetor de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, com rotações na então designada Diretoria de Lisboa e Departamento de Investigação Criminal de Portimão.

A 6 de janeiro de 2000 passou à disponibilidade com o posto de 1.º Sargento, para ingressar no 36.º CFAE (Curso de Formação de Agentes Estagiários) da Polícia Judiciária.

Incorporada no Exército Português em 24 de agosto de 1992, frequentou o Curso de Formação de Sargentos, concluindo a preparação complementar com a especialidade “901 — Programador”, tendo iniciado a carreira militar com o posto de 2.º Furiel em Regime de Voluntariado.

209220735

Despacho n.º 79/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto para exercer funções no meu gabinete, o licenciado Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues, Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças.

2 — O designado é autorizado a beneficiar do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 3 de dezembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues
Data de nascimento: 7 de março de 1969

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, menção de Ciências Jurídico-Políticas.

Experiência profissional e funções desempenhadas:

2015 — Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças, na área de avaliação de programas.

2012 a 2014 — Secretário-geral adjunto do Ministério da Economia com responsabilidades na área dos assuntos jurídicos, contencioso, comunicação e relações públicas. Responsabilidades na área dos recursos financeiros do ME, incluindo a função de entidade coordenadora orçamental.

2011 — Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças, na área de auditoria às autarquias locais.

2010 — Secretário-geral adjunto do Ministério da Defesa Nacional.

2009 — Diretor do Departamento Central de Inspeção da Inspeção-Geral das Autarquias Locais.

2008 a 2010 — Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

2007 — Inspetor-geral da Defesa Nacional.

2004 a 2006 — Subinspetor-geral da Defesa Nacional.

2002 a 2004 — Subdiretor-geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional. Coordenador da comissão interministerial de acompanhamento ao sistema de incentivos ao voluntariado e representante estratégico do Ministério da Defesa para o projeto do Portal do Cidadão.

1999 a 2002 — Inspetor da Inspeção-Geral da Administração do Território realizando inspeções e inquéritos.

1997 a 1999 — Dirigente associativo da Associação Nacional de Contratados do Exército. Coordenador da publicação “Voluntariado no Exército, 10 Anos de Experiência”. Promoção e organização de ações como o Seminário “Criação da própria empresa e reinserção profissional de contratados”.

1988 a 1998 — Oficial do Exército com responsabilidades na área Pessoal e de Justiça e Disciplina.

Por ocasião da cessação de funções como Inspetor-geral da Defesa Nacional, foi condecorado com a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe.

209220687

Despacho n.º 80/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012,

de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete, Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita.

2 — A designada é autorizada a beneficiar do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: Clotilde Maria Porfírio da Henriqueta Medina da Costa Mesquita
Nacionalidade: Portuguesa
Data de nascimento: 25 de setembro de 1955

Habilitações académicas

Curso de Orientação no Conselho de Segurança das Nações Unidas — 2010 — Nova Iorque

Université Catholique de Louvain-la-Neuve (Belgium) — Italiano, Nível A — 1989

Bacharelato em Línguas do Instituto Superior de Línguas e Administração, concluído em 1985

Atividade profissional

Adjunta do Secretário de Estado para o Mar, de abril a outubro de 2015;

Exerceu funções diplomáticas na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, 2000-2012;

Secretária Pessoal do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, 1995-2000;

Diretora Executiva do CIAL — Lingua Service International, 1990-1997;

Assistente do Deputado ao Parlamento Europeu, Professor José Meireiros Ferreira, 1985-1987;

Cargos administrativos em empresas privadas, 1973-1985.

209220621

Despacho n.º 81/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete a licenciada Ivone Maria Matos Matoso, Procuradora da República.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem à data da designação, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome — Ivone Maria Matos Matoso;
Data de nascimento — 11 de outubro de 1961;
Naturalidade — Peniche.

Habilitações académicas

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Frequência, no ano letivo 2003-2004, da Pós-Graduação em Mediação e Justiça Restaurativa, no Instituto Superior de Educação e Ciências.

Experiência profissional

Por despacho de 20.09.1985, publicado no D.R., 2.ª série, de 30.09.1985, nomeada Auditora de Justiça no Centro de Estudos Judiciários, iniciando a formação na Magistratura a partir de 1.10.1985;

Nomeada como Delegada do Procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Loures, em outubro de 1987;

Início de funções, como Delegada do Procurador da República, em 20 de dezembro de 1988, tendo sido, na mesma data, colocada na co-

marca de Portel, interinamente na comarca de Grândola e transferida, por conveniência de serviço, para a comarca de Lisboa;

Como Delegada do Procurador da República, exerceu funções no TIC, DIAP, 1.º Juízo Cível e no Núcleo de Propositura de Ações da Procuradoria dos Tribunais Cíveis da Comarca de Lisboa;

Participação, em representação do Ministério Público, na audição do Comité Económico-Social da Comunidade Europeia, relativa a contratos de seguro, que teve lugar no Centro Jean Monet;

Intervenção, relativa a cláusulas contratuais gerais, no âmbito da IV Conferência subordinada ao tema «Consumo e Justiça», realizada em Tomar, em março de 1998;

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 4 de abril de 2001, publicada no D.R., 2.ª série, de 15.06.2001, promovida, por concurso, à categoria de Procuradora da República, colocada, em regime de destacamento, na Comarca de Lisboa/área de jurisdição cível.

Membro do Núcleo de Coordenação de Interesses Difusos da Procuradoria-Geral da República;

Destacada, a partir de 20.02.2006, para a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, Coordenação do Contencioso do Estado.

209220662

Despacho n.º 82/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete Isilda Mariana Carona Burrinhas Rodrigues de Carvalho.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Isilda Mariana Carona Burrinhas Rodrigues de Carvalho

Data de Nascimento: 8 de janeiro de 1953

Naturalidade: Terrugem — Elvas

Habilitações Académicas

7.º Ano de Liceu (equivalência 12.º Ano)

Experiência Profissional

Entre 1972 e 1989 — Auxiliar do Despachante Oficial, Joaquim Filipe Rodrigues;

Entre 1990 e 1996 — Chefe de Secretaria da Escola Profissional de Ciências do Património Cultural;

Entre 1996 e 2002 — Secretária da Sociedade de Advogados João Mota Campos & Associados;

Entre maio de 2002 e julho de 2004 — Secretária Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça;

Entre julho de 2004 e março de 2005 — Secretária Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça;

Entre março de 2005 e outubro de 2009 — Secretária Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

Entre outubro e novembro de 2009 — Secretária Pessoal do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros;

Entre dezembro 2009 e junho de 2011 — Secretária Pessoal do Gabinete do Ministro da Justiça;

Entre junho de 2011 e outubro de 2015 — Secretária Pessoal do Gabinete da Ministra da Justiça;

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015 — Secretária Pessoal do Gabinete do Ministro da Justiça.

209220638

Despacho n.º 83/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretário pessoal do meu gabinete Pedro Gonçalves Coutinho Soares.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Pedro Gonçalves Coutinho Soares

Data de nascimento: 4 de dezembro de 1975

Habilitações Académicas

12.º ano de escolaridade

Formação Complementar

Gestão Documental Smart Docs

Diversos módulos de informática

Experiência Profissional

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer funções de secretário pessoal no Gabinete do Ministro da Justiça;

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, assegurando a partir do dia 3 de julho de 2015, em especial, funções de apoio na área da imprensa, junto dos gabinetes dos membros do Governo da área da Justiça;

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013 — designado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 15 de maio de 1997 a 31 de dezembro de 2011 — contratado, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

Entre 2002 e 2005 — funções de secretariado no Gabinete de Imprensa dos Ministros da Justiça do XV e XVI Governos Constitucionais;

De maio de 1993 a outubro de 1994 — tarefeiro nos Serviços Académicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — elaboração de certificados de habilitação e conclusão de licenciatura, atendimento ao público, conferência e lançamento das notas de avaliação dos alunos;

Em abril e maio de 2011 — recenseador no XV Recenseamento da população e V Recenseamento geral da habitação — Recenseamento da população em Agualva-Cacém.

209220768

Despacho n.º 84/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto para exercer funções no meu gabinete, o licenciado Luís Filipe Moreira Isidro, técnico superior da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 27 de novembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Luís Filipe Moreira Isidro

Data de Nascimento: 23 de maio de 1955

Habilitações académicas

Licenciatura em Direito, em 1978, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pós-Graduação em Estudos Europeus, dominante jurídica, em 1984, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa

Experiência profissional

Exerce funções de técnico superior no Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, desde 1 de setembro de 2014.